



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1 - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, serviço público dotado de personalidade jurídica, regulamentado pela Lei nº 8.906/1994, com sede no Edifício da Ordem dos Advogados, Brasília, Distrito Federal, por seu presidente Antônio da Silva, procurou seus serviços profissionais, com o intuito de ser adotada, urgentemente, medida cabível em face da Lei Complementar estadual nº 10, de 21 de dezembro de 2005, sancionada pelo chefe do Poder Executivo deste Estado, Pedro da Silva, por vislumbrar séria afronta à Constituição da República, promulgada em 1988. Com efeito, a citada Lei Complementar, que dispõe sobre a organização e carreira do Defensor Público deste Estado, em seu artigo 1º autoriza que o chefe do Poder Executivo estadual contrate, como defensores públicos, advogados com mais de 02 (dois) anos de experiência comprovada, no total de 20 (vinte), para integrarem e reforçarem os quadros da Defensoria Pública deste Estado, temporariamente, em caráter emergencial e sem concurso público.

Diante dessa suposta situação, na qualidade de advogado, apresente a peça prático-profissional que o caso reclama.

Questão 2 - O Município de Tiradentes, depois de verificados os pressupostos legais, concedeu licenciamento para construção de obra, considerada útil, sobre a superfície de imóvel urbano, que, recentemente, havia sido declarado, pela própria Municipalidade, de interesse público, para fins de expropriação. No momento da efetivação amigável da expropriação, porém, o Poder Público municipal recusou-se ao pagamento da indenização do valor da citada obra, conforme pretendia o proprietário do bem, em razão de ressalva, no licenciamento, de não responder o Município pelo valor da construção. Em face ao disposto na legislação pertinente, a recusa do Poder Público municipal fere o princípio da justa e prévia indenização a que se refere a Carta Política de 1988? Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão 3 - Por ferir sucessiva e parcialmente direito líquido e certo seu, José da Silva impetrou mandado de segurança contra ato do chefe do Poder Executivo estadual. Desse modo, pediu ao Juízo que a segurança também fosse estendida aos atos futuros entre as mesmas partes e em igual situação. A sentença do *writ* decidiu favoravelmente ao pedido, mas não estendeu a segurança aos atos futuros e idênticos, conforme pretendido pelo impetrante, pois entendeu que a Justiça Comum não dispõe do poder de fixar normas de conduta. Em face da legislação e da jurisprudência acerca da matéria, a decisão judiciária monocrática foi acertada? Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Questão 4 – A Administração Pública federal decidiu realizar concurso público para provimento de cargo de engenheiro civil. O edital do concurso, porém, proibiu, para efeito de ingresso no serviço público, a participação de pessoas com mais de 60 anos de idade, por essa idade, segundo ela, ser uma exigência da natureza e do conteúdo ocupacional do cargo. Antônio da Silva, com 61 anos de idade, pretendendo participar do concurso, procurou seu escritório de advocacia indagando sobre a legitimidade dessa exigência de ordem etária. Em face da legislação e da jurisprudência acerca da matéria, qual orientação deve ser dada ao seu cliente? Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Boa sorte!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Questão 1:

Em que consiste o princípio da ofensividade? Qual é a diferença entre “dano” e “lesão”?

Questão 2:

O crime de responsabilidade previsto no artigo 100, § 6º da Constituição é infração penal? Quem possui legitimidade para o oferecimento de denúncia?

Questão 3:

O agente que comete o crime no dia do seu 18º aniversário responde pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ou pelo Código Penal? Importa a hora em que o agente nasceu? Explique

Questão 4:

Cristina Rodrigues, insatisfeita com a pronúncia contra ela proferida, bem como com a atuação de seu antigo advogado, outorga-lhe procuração para que você passe a defendê-la. Uma vez constituído, você interpõe o recurso cabível. Intimado para oferecer razões, você deve oferecê-las abordando todos os aspectos possíveis.

Elabore as razões recursais contra a decisão infra.

Vistos, etc,

O Ministério Público Estadual ofereceu



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

denúncia contra Cristina Rodrigues argumentando, em síntese, que ela dirigindo um veículo Pálio em alta velocidade, ao desrespeitar o dístico “PARE”, no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas e Rua Dona Benta, colheu o veículo moto em que se encontrava a vítima Érico, a qual, em razão dos ferimentos sofridos veio a óbito.

Acresce a denúncia que naquela data a denunciada havia brigado com seu marido e saiu de casa dizendo que iria morrer. Ao sair de sua casa, a denunciada, de pronto, abalroou o portão, pondo-o abaixo.

Segundo o que consta do inquérito, noticia o Ministério Público que a denunciada iniciou sua desabalada carreira já no momento em que adentrou a rua de sua casa, fazendo todas as barbaridades possíveis no trânsito, com a finalidade de matar ou morrer.

Finaliza o Ministério Público sua inicial objurgatória classificando a conduta de homicídio qualificado, Artigo 121, § 2º, II, do Código Penal.

Recebida a denúncia foi a denunciada interrogada, e em seu interrogatório afirmou que apenas



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

queria morrer.

A defesa prévia não arrolou testemunhas, aduzindo que o faria por oportunidade do Júri.

Testemunhas de acusação foram ouvidas e noticiaram o entrevero entre a denunciada e seu marido. Ouvido o perito, este confirmou que a denunciada avançou no dístico “Pare” em velocidade superior a cem quilômetros por hora.

Em alegações finais o Ministério Público disse que estavam suficientemente provadas a materialidade e a autoria do delito, pedindo, por conseqüência, a pronúncia da acusada.

A defesa, por sua vez, informou que enfatizaria seus argumentos na fase de plenário.

É o relatório, passo à decisão.

Conforme se assenta na denúncia, a acusada, dirigindo um veículo Pálio em alta velocidade, ao



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

desrespeitar o dístico “PARE”, no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas e Rua Dona Benta, colheu o veículo moto em que se encontrava a vítima Érico, a qual, em razão dos ferimentos sofridos, veio a óbito.

As provas dos autos demonstram de forma inconteste que a denunciada agiu por motivo torpe, pois queria impressionar seu marido com quem, momentos antes, travara séria discussão.

O fato de a testemunha Andreza, vizinha da vítima, ter ouvido a denunciada gritar em alto e bom som que iria morrer, se o marido dela insistisse em beber mais uma cerveja, deixa claro que o motivo do crime foi fútil. A denunciada, com o fim de evitar que seu marido bebesse mais uma cerveja, destruiu o portão de seu prédio, fez horrores no trânsito e matou uma pessoa.

A morte é inconteste. Incontestes também são a má conduta da denunciada e o seu resultado. Ressalte-se que o consumo de álcool em residência é lícito.

É inadmissível que, para evitar um consumo lícito de cerveja, uma mulher se descontrole e mate uma



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

terceira pessoa que nada tem com o fato de o marido dela beber cerveja em casa.

O dolo é inconteste, pois a acusada pelos seus atos deixou claro que naquela noite mataria ou morreria no volante de seu Pálio.

Provado o crime e sua materialidade, estando claro que ele foi perpetrado pela ré confessa, hei por bem pronunciá-la como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, II, do Código Penal, devendo a denunciada ser submetida a julgamento pelo Egrégio Tribunal Popular da Capital.

À vista da gravidade da conduta, determino seja a denunciada presa.

Intimem-se.

Boa sorte!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO COMERCIAL

Questão 1

Na fase de habilitação de créditos na Ação de Falência em curso na Comarca de Goiânia, GO, contra a empresa GRAN AVESTRUZ S/A, o fornecedor de ração JOSÉ DA SILVA RAÇÕES LTDA, empresa também sediada em Goiânia, no prazo legal, juntando os necessários comprovantes, ofereceu impugnação em face da relação de credores, tal como o fizeram outros, uma vez que seu crédito total era de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), correspondente a 2 (dois) títulos nos valores de R\$150.000,00 e R\$60.000,00 respectivamente, e na relação de credores posta em Juízo constava apenas o título de R\$150.000,00.

Findo o prazo para a regular tramitação das impugnações, o Juiz prolatou a decisão, não satisfazendo a pretensão do impugnante, que viu confirmado apenas o primeiro valor acima, correspondente a um título.

PERGUNTA-SE: Da decisão judicial sobre a impugnação oferecida por JOSÉ DA SILVA cabe alguma medida judicial? Em caso positivo, e na condição de advogado constituído pelo referido credor, proponha, com fundamento na legislação aplicável à espécie, a medida cabível cuja peça deverá obedecer aos requisitos processuais pertinentes constantes no artigo 282 do CPC e demais dispositivos processuais que entender necessários para a fundamentação.

Questão 2

EVO MORALES e HUGO CHAVES, nos termos do Código Civil e do Código de Mineração (Dec.lei n 227/1967), pleitearam do Poder Executivo Federal autorização para funcionamento da empresa de mineração constituída pelos dois, denominada FIDEL MINERAÇÃO LTDA. A autorização lhes foi concedida em junho de 2003, conforme publicação no Diário Oficial da União, de 7-7-2003. Entretanto, por motivos de ordem financeira, a empresa só iniciou suas atividades em novembro de 2005. PERGUNTA-SE: Nessas condições pode a sociedade funcionar regularmente? Responda fundamentando.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão 3

Um cobrador da empresa de móveis TRÊS IRMÃOS S/A, em nome dela, compareceu diversas vezes ao local de trabalho de Ana Maria da Silva, para cobrar-lhe uma dívida por atraso de prestações, e ali passou a ameaçar a cliente dizendo que, se ela não pagasse no prazo de 24 horas, ele iria espalhar cópias de carta contando a todos os seus colegas que ela era má-pagadora, vigarista, caloteira. Como ela devesse duas prestações, não-pagas em dia em razão de problemas financeiros inesperados, e não conseguisse quitar o débito no prazo marcado pelo cobrador, este voltou a importuná-la no local de trabalho, ameaçando-a, perseguindo-a sem trégua; e de fato, passou a dizer em voz alta para que todos ouvissem que ela não pagava suas contas e que tomassem cuidado com ela. Isso a estava prejudicando, causando-lhe mal-estar fazendo-a correr o risco de ser dispensada do serviço. Pergunta-se: Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), existe alguma sanção para a empresa que assim age? Fundamente legalmente a resposta.

Questão 4

Sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio, qual é o prazo em que o consumidor pode desistir do contrato? Responda fundamentando.

Boa sorte!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Questão 1

Com base nos dados abaixo informados, elabore a petição inicial, endereçada ao **JUÍZO TERRITORIALMENTE COMPETENTE**, reclamando **APENAS** as parcelas **IMPRESCRITAS**. As verbas reclamadas devem ser devidamente especificadas, assim como o período reclamado, não sendo necessária a indicação de valores.

José da Silva, brasileiro, solteiro, atualmente residente e domiciliado em Anápolis-GO, no Setor Jardim Imperial III, na Rua 5, nº 3, portador da CTPS de nº 000-01 e CPF nº 000.000.000-01, em 16-8-1996 fora contratado em Goiânia-GO pela Usina de Álcool Nordeste, com sede em Salvador - BA, na Rua 2, nº 5, Centro daquela cidade, para trabalhar na lavoura canavieira de sua filial, sediada na BR 01, nas proximidades da cidade de Aracajú-SE. No entanto, em 20-11-2004 foi injustamente dispensado sem ser previamente avisado.

Desde o início do pacto laboral, trabalhava das 20h as 5h, sem intervalo. A título de remuneração só percebia o salário mínimo da categoria. Nunca gozou férias e não teve a sua CTPS anotada.

Durante o período de 15-08-2002 até 1º-9-2003 prestou serviço nas lavouras da filial em Manaus-AM, com sede na BR 02; em seguida retornou para filial de Aracajú, onde permaneceu até o final do contrato. Cumpre informar que o empregado morava com a esposa e dois filhos, um de dois e outro de quatro anos de idade, na cidade de Aracajú-SE, desde o início do pacto laboral.

Em 23-12-2004, data marcada pela empresa, recebeu, a título de verbas rescisórias, apenas o saldo de salário e o 13º salário proporcional.

A Usina não formulou nenhuma proposta de acordo na audiência realizada em 3-12-2005 perante a Comissão de Conciliação Prévia.

Elabore a peça inicial, seguindo as orientações acima expostas.

As respostas das questões 2, 3 e 4 devem ser fundamentadas,



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

devendo também ser indicado o respectivo dispositivo legal, Súmula ou Orientação Jurisprudencial, no qual foi embasada a resposta. O candidato não deve simplesmente copiar o disposto nos livros doutrinários.

Questão 2

O Senhor Pedro Alves, a fim de provocar a revelia da empresa da qual havia sido demitido, indicou endereço incorreto desta em sua petição inicial. Além disso, um dos empregados da empresa reclamada, amigo do Senhor Pedro, recebeu a citação em nome da reclamada, no endereço indicado na inicial, e propositalmente ocultou tal fato.

Por esta razão, somente na última sexta-feira a empresa reclamada, por acaso, teve ciência da condenação que lhe fora imposta pela sentença publicada no Diário de Justiça em 10-11-2005, que circulou nessa mesma data.

A empresa tem como provar os fatos anteriormente informados. Cumpre dizer que, por ocasião da demissão, o reclamado recebeu todas as verbas que lhe eram devidas.

Com base no acima exposto, indique a solução processual para que a empresa possa reverter a condenação e não venha a ser executada. Caso não exista nenhuma medida processual cabível, indique a melhor solução para o caso. Fundamente a resposta e indique o dispositivo legal que a justifica.

Questão 3

Tendo em vista que os sindicatos podem atuar como substitutos processuais, informe em que consiste tal substituição e, ainda, responda quando é que os honorários pagos pelo vencido revertem a favor do sindicato? Fundamente as respostas e indique o dispositivo legal que as justifica.

Questão 4

Considerando que o pagamento de comissões e percentagens só é



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

exigível depois de ultimada a transação a que se referem, segundo preceitua o *caput* do artigo 466 da CLT, pergunta-se: depois de transcorridos mais de 30 dias da conclusão do negócio, sem manifestação contrária do empregador, na hipótese de ocorrer insolvência, pode o empregador exigir o estorno da comissão já paga ao vendedor em razão desta transação? Fundamente a resposta e indique o dispositivo legal que a justifica.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 1:

PRODUTOS SABIÁ LTDA, adquiriu as instalações e fundo de estoque de **PRODUTOS CASEIROS LTDA**. A sucessão ocorreu em janeiro de 2004. No final de 2005, a sucessora recebeu citação, a propósito da ação de execução instaurada contra **PRODUTOS CASEIROS LTDA.**, referente a ICMS no valor de R\$30.000,00, multa de R\$23.000,00, juros de mora no valor de R\$10.000,00 e correção monetária de R\$7.000,00, calculada sobre o valor do imposto e dos demais acréscimos.

A empresa **PRODUTOS CASEIROS LTDA.** requereu baixa de sua inscrição em março de 2002, e o Fisco apurou em abril de 2003 as diferenças de imposto a recolher, referente aos exercícios de 2000 e 2001, motivo da referida execução.

Ante esses fatos, elabore as razões de defesa, para que a empresa sucessora (**PRODUTOS SABIÁ LTDA.**) se defenda no processo de execução.

QUESTÃO 2

O Poder Tributante, mediante lei, concedeu perdão das seguintes dívidas tributárias:

Crédito tributário não lançado, confessado espontaneamente, até o valor total de imposto de R\$1.000,00. O benefício abrange o imposto e a multa.

Créditos tributários já lançados: perdão total das multas e juros, se o valor do imposto for pago integralmente.

Que modalidade de benefícios é concedida em cada uma dessas situações?

QUESTÃO 3

Legalmente é permitido ao Poder Público conceder desconto no valor do imposto, mediante a condição de que ele seja antecipado, isto é, pago antes da data do seu vencimento? Justifique.

QUESTÃO 4

O contribuinte, depois de haver entregue a declaração do Imposto de Renda e



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

de ter sido notificado do lançamento, percebe que houve um erro no montante das receitas declaradas, tendo sido o valor declarado bem superior aos rendimentos efetivamente recebidos. Portanto o imposto que não foi antecipado quando da entrega da declaração e que naturalmente será exigido é indevido. Pode esse contribuinte retificar a sua declaração e solicitar que sejam refeitos os cálculos para se definir que ele não é devedor da quantia lançada? Justifique.

Boa sorte!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 22 DE JANEIRO DE 2006
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1) O Sr. X está sendo demandado, juntamente com os Srs. Y e Z, em uma ação ordinária, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. Acontece que dos três demandados, somente o Sr. X apresentou contestação. Os demais foram considerados revéis. Entretanto, a sentença de mérito condenou apenas o Sr. X no pagamento do valor da indenização pleiteada. A referida decisão foi juntada aos autos no dia 10/01/05 (segunda-feira). O Sr. X foi dela intimado no dia 31/01/05 (segunda-feira). Com base nestas informações, responda:

a) Qual era o prazo final para o Sr. X recorrer ? A partir de quando iniciava o prazo recursal para os Srs. Y e Z ? Justifique a sua resposta, que será considerada correta se houver correlação entre a afirmativa e a fundamentação jurídica.

b) Caso os Srs. Y e Z também houvessem recorrido, mas o Sr. X quisesse desistir do seu recurso, isto seria possível ? Em caso afirmativo, como deveria proceder ? Justifique a sua resposta, que será considerada correta se houver correlação entre a afirmativa e a fundamentação jurídica.

2) Em pleno processo de execução, o credor requereu ao juiz do feito, como forma de pagamento do débito cobrado, a concessão de usufruto a seu favor de um imóvel do devedor que se encontrava alugado. Sobre esta situação, responda:

a) Na qualidade de advogado(a) do credor, é possível tal procedimento? Caso positivo, o que deve ser feito para obter o deferimento do pedido? Justifique a sua resposta, que será considerada correta, se houver correlação entre a afirmativa e a fundamentação jurídica.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

b) A decisão que conceder o usufruto ao credor é atacável por meio de qual recurso? E a que negá-lo deve ser questionada por qual meio? Justifique a sua resposta, que será considerada correta se houver correlação entre a afirmativa e a fundamentação jurídica.

3) Ao ser citado em uma execução, o devedor não indicou bens à penhora, mas foi intimado da referida constrição realizada no bem indicado pelo credor, com a juntada do mandado nos autos. Entretanto, ao identificar o juiz da causa, o devedor constatou que ele era amigo íntimo do credor. Sobre este fato, solicitou providências ao seu advogado. Na condição de advogado(a) do devedor, como você deve proceder neste caso para evitar que o referido magistrado julgue o feito? E como ficará o prazo dos embargos? Justifique a sua resposta, que será considerada correta se houver correlação entre a afirmativa e a fundamentação jurídica.

4) A família do *de cujus*, constituída de uma meeira e três filhos maiores e casados em comunhão universal de bens, após o óbito, tomou conhecimento de várias dívidas contraídas pelo *cujus*, tais como R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com concessionária de veículos; R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em roupas; R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de empréstimo bancário, tudo em nome e a favor do casal. O patrimônio do *de cujus* não é suficiente para cobrir a metade dos débitos. Preocupados com a situação, os familiares dele resolveram contratar um(a) advogado(a). Na condição do(a) advogado(a) constituído(a) pelos familiares do *de cujus*, redija a peça cabível para solucionar a situação de forma a permitir a liquidação das obrigações por ele contraídas.

Boa sorte!